

Justificativa Técnica

Adequação do BDI à Instrução Normativa IN SMF nº 27/2025

Objeto: Adequação da composição do BDI às normas vigentes.

Fundamentação: A Instrução Normativa SMF nº 27, de 05 de fevereiro de 2025, do município de Pelotas/RS, revogou a IN SMR nº 05/2015 e estabeleceu novos critérios para o cálculo do BDI, em conformidade com a Reforma Tributária (LC 214/2025).

Principais alterações:

1. **Substituição dos tributos antigos (PIS, COFINS, ISS e CPRB) por:**
 - **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)** – tributo federal que substitui PIS/COFINS.
 - **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)** – tributo compartilhado entre estados e municípios, que substitui ISS e ICMS.
 - A **CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)** não é mais considerada isoladamente no BDI, pois já está embutida nos custos diretos de mão de obra.
2. **Base de cálculo do ISS/IBS:**
 - Mantida a alíquota nominal de 5% em Pelotas, porém com possibilidade de dedução de materiais (com ICMS destacado) e subempreitadas (com comprovação de retenção/recolhimento do ISS).
3. **Impacto no resultado:**
 - O BDI calculado pelo modelo antigo (documento anexado) resultou em **26,78%**.
 - Após a adequação à IN SMF nº 27/2025, o BDI recalculado com CBS (4%) e IBS (5%) resulta em aproximadamente **25,87%**, refletindo a simplificação tributária e a nova forma de incidência dos impostos.

Quadro Comparativo:

| Item | Antigo (2015 – Documento) | Novo (2025 – IN SMF nº 27/2025) |
|--|---------------------------|---------------------------------|
| Administração Central | 4,38% | 4,38% |
| Seguro e Garantia | 0,49% | 0,49% |
| Risco | 1,39% | 1,39% |
| Despesas Financeiras | 0,99% | 0,99% |
| Lucro | 6,74% | 6,74% |
| PIS + COFINS | 3,65% | — |
| ISS | 1,50% | Substituído por IBS 5% |
| CPRB (INSS/Desoneração) | 4,50% | Já embutido nos custos diretos |
| CBS (novo tributo federal) | — | 4,00% |
| IBS (novo tributo municipal/estadual) | — | 5,00% |
| BDI Final | 26,78% | 25,87% |

Conclusão: A presente adequação garante que o cálculo do BDI esteja em conformidade com a legislação vigente, assegurando transparência, legalidade e equilíbrio econômico-financeiro nos contratos públicos.

Ressalta-se que esta alteração foi elaborada por solicitação da Procuradoria-Geral do Município de Pelotas (PGM), conforme análise constante do Processo Ref. 401.000015/2026, que recomendou a revisão do cálculo do BDI em observância à Instrução Normativa SMF nº 27/2025.